

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.835.738 - SC (2019/0260423-7)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
EMBARGANTE : **NEURO ANTÔNIO RIBAS**
ADVOGADO : **FABIANA ROBERTA MATTANA CAVALLI E OUTRO(S)** -
SC016109
EMBARGADO : **SUL AMÉRICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDÊNCIA S.A**
ADVOGADOS : **PAULO ANTÔNIO MULLER E OUTRO(S)** - SC030741
MARCO AURELIO MELLO MOREIRA - SC030589

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração (fls. 519/536) opostos por NEURO ANTONIO RIBAS em face da decisão monocrática (fls. 512/517) que negou provimento ao recurso especial.

Em suas razões, a embargante afirma, em síntese, que, "(...) *embora incontestado nos autos a ausência do dever de informação por parte da seguradora para o consumidor quanto às cláusulas restritivas da apólice, o acórdão de origem não analisou a ausência do dever de informação por parte da seguradora para o consumidor (...)*" - (fl. 523).

Aduz que "(...) *o acórdão foi omissivo e igualmente contraditório, já que apenas interpretou as razões dos recursos como sendo de discussão de cláusulas contratuais e de reexame de fatos e deixou de avaliar que a questão é de direito e de controle da qualificação jurídica dos fatos (...)*" - (fl. 526).

Ressalta, ainda, que "*a tese lançada nos autos não é unicamente quanto equiparar doença ocupacional a acidente, mas sim que o recorrente faz jus a cobertura porque não teria sido devidamente informado pela seguradora sobre as limitações da apólice quanto a cobertura de incapacidade oriunda de doença ocupacional*" - (fl. 528).

Impugnação apresentada às fls. 539/546.

É o relatório. Decido.

Os embargos de declaração tem como objetivo esclarecer obscuridade, eliminar contradição ou suprimir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o órgão julgador de ofício ou a requerimento das partes, bem como para corrigir erro material (CPC/2015, art. 1.022), sendo inadmissível a sua oposição para rediscutir

questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide.

Na hipótese, não se verificam as alegadas omissões no julgado, pois, no tocante aos direitos de cobertura, bem como de informação contratual, a decisão embargada consignou expressamente o seguinte (fls. 515/516):

Como se observa, o acórdão atacado reconheceu ser impossível equiparar a doença ocupacional a que foi acometido o recorrente com o conceito de acidente pessoal coberto pela apólice. Destacou, ainda, que o dever de informação acerca dos termos do seguro cabia à estipulante do seguro.

Feitas essas considerações, não é correta a afirmação da Corte local de que a responsabilidade por informar o consumidor acerca das cláusulas do contrato seria da estipulante do seguro, considerando a orientação jurisprudencial ora colacionada e, ainda, o entendimento de que "em seguros de vida em grupo, a estipulante é mera mandatária do segurado e, sendo assim, é parte ilegítima para figurar na ação em que o segurado pretende obter o pagamento da indenização securitária" (REsp 1.741.679/SP, Relatora a Ministra NANCY ANDRIGHI, DJe de 10/8/2018).

Entretanto, uma vez reconhecido que a invalidez do recorrente se deu por doença ocupacional não coberta pela apólice, a análise das alegações da recorrente - todas voltadas a defender a equiparação da doença ocupacional a acidente para fins securitários - atraem a incidência das Súmulas 5 e 7 do STJ, aplicável a ambas as alíneas do permissivo constitucional, diante da necessidade de reexame do acervo fático-probatório dos autos e da interpretação de cláusulas contratuais.

Nessas condições, ausente o alegado vício na decisão embargada, verifica-se o nítido propósito da parte embargante em rediscutir tema que foi devidamente apreciado, o que é defeso por meio da via processual escolhida.

Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator